

Relatório de Controle Interno (Anexo VII IN-20/2015) - ano-referência 2021

Confirmação dos dados cadastrais (115)

Cátia Maria Búrigo NOVA TRENTO

(2368)

Tipo: (*equation)

Cátia Maria Búrigo NOVA TRENTO

Você é responsável, isto é, **atua sem o auxílio de unidade específica de controle interno** (*por exemplo, Controlador Interno da Câmara Municipal*), **apenas** da(s) seguinte(s) unidade(s) gestora(s):

Todas as UG

Esta informação está correta? É necessário remover ou adicionar outras unidades?

(2364)

Tipo: (L/list-radio)

Sim, confirmo que sou responsável APENAS pela(s) unidade(s) gestora(s) acima.

OK

O nome do responsável pela(s) unidade(s) gestora(s) acima é:

Cátia Maria Búrigo NOVA TRENTO

Esta informação está correta?

(2365)

Tipo: (L/list-radio)

Sim, a informação do responsável está correta.

OK

1. Informações sobre o funcionamento do Sistema de Controle Interno (102)

Este relatório refere-se à(s) seguinte(s) unidade(s) gestora(s): (2366)

Tipo: (*equation)

Responsável por este relatório: (2367)

Tipo: (*equation)

1.1. No seu Município, o Sistema de Controle Interno apresenta que tipo de estrutura?**(2355)**

Tipo: (L/list-radio)

Uma unidade, única para todos os Poderes: existe apenas um Órgão Central de Controle Interno responsável pelo Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo.

1EL**1.2. A qual estrutura organizacional o Órgão Central de Controle Interno está subordinado diretamente?****(2318)**

Tipo: (L/list-radio)

Chefe do Poder Executivo - Prefeito(a)

A1

1.3. Informe a Lei ou ato normativo que organiza a estrutura do Controle Interno da unidade jurisdicionada.

Preferencialmente , utilize o endereço eletrônico de seu Portal da Transparência ou o sítio eletrônico similar ao [Leis Municipais](#)

(2339)

Tipo: (S/text-short)

<https://leismunicipais.com.br/a1/sc/n/nova-trento/lei-ordinaria/2003/194/1931/lei-ordinaria-n-1931-2003-di-spo-e-sobre-o-sistema-de-controle-interno-do-municipio-de-nova-trento-e-da-outras-providencias?q=1931%2F2003>

1.4. Quantas pessoas atuam no Controle Interno da unidade gestora? Se o controle interno for centralizado, por favor informe o número de funcionários que atuam no Órgão Central de Controle Interno. (2322)

Tipo: (:/array-multi-flexi)

Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno - SQ001	1
Servidores efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno - SQ002	0
Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão - SQ003	1
Servidores temporários - SQ004	0
Estagiários - SQ005	1

1.5. No exercício em análise, em algum momento não houve acompanhamento do controle interno na(s) unidade(s)? (2345)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

1.6. Quais foram os procedimentos de controle realizados? Marque as opções que se aplicam.

Se houver procedimentos realizados que não estejam na lista, informe-os no item "Outros".

(2319)

Tipo: (M/multiple-opt)

Orientações aos gestores acerca de normas, procedimentos, etc; (2373)

Acompanhamento do envio de dados e informações ao e-Sfinge; (2374)

Acompanhamento de licitações, dispensas e inexigibilidades; (2375)

Acompanhamento da execução de contratos, convênios e similares; (2482)

Acompanhamento do controle de frequência de pessoal; (2376)

Exame da legalidade envolvendo a folha de pagamento e adequação dos pagamentos realizados; (2481)

[X]

Exame da legalidade das horas extras concedidas e adequação dos pagamentos realizados; (2377)

[X]

Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de concessão da aposentadoria e pensão (2574)

[X]

Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de admissão de pessoal em cargo efetivo e por tempo determinado (2575)

Exame da regularidade envolvendo a movimentação de pessoal (cessão, relocação, readaptação) (2576)

Exame de prestações de contas de diárias; (2378)

[X]

Exame de prestações de contas de adiantamentos; (2379)

[X]

Verificação do cumprimento de decisões do TCE/SC; (2380)

[X]

Avaliação do cumprimento de metas previstas no plano plurianual; (2381)

[X]

Avaliação da execução dos programas de governo; (2382)

[X]

Avaliação da execução dos orçamentos anuais (LOA e/ou Leis de Créditos Adicionais); (2383)

Avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e/ou patrimonial; (2384)

[X]

Orientação dos responsáveis pela unidade acerca dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e/ou efetividade; (2387)

Controle das operações de crédito, avais ou garantias da unidade; (2385)

Acompanhamento do controle e guarda de bens patrimoniais; (2483)

Controle dos direitos e haveres da unidade; (2386)

Outros

1.7. Sobre os sistemas informatizados utilizados, responda:**(2348)**

Tipo: (F/array-flexible-row)

Totalmente informatizado - 100

Há sistema informatizado de controle patrimonial? (2478)

Não informatizado (controle manual) - 0

Há sistema informatizado de almoxarifado? (2479)

Totalmente informatizado - 100

Há sistema informatizado de planejamento orçamentário? (2480)

1.8. Em relação à efetividade, avalie os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município. (2356)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Bom - 3

O controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais. (2529)

Bom - 3

A definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende da aprovação dos gestores. (2530)

Razoável / Satisfatório - 2

Os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias (2531)

Bom - 3

No caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada (2532)

Razoável / Satisfatório - 2

Há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades. (2533)

Razoável / Satisfatório - 2

As rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação (2534)

Bom - 3

Os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados. (2535)

Bom - 3

Todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação (2536)

Bom - 3

As informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas (2550)

2. Das atividades desenvolvidas pela unidade de controle interno (103)

2.1. O Controle Interno realizou apontamentos à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício?

Responda mesmo se providências já tenham sido tomadas.

(2320)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

2.1.1. Informe os apontamentos realizados:

Por favor, preencha no mínimo uma linha.

Caso a lista abaixo seja insuficiente, priorize a inserção dos casos de maior valor e/ou de maior gravidade.

(2321)

Tipo: (:/array-multi-flexi-text)

	Unidade gestora em que apontamento foi realizado - unidade	Assunto - assunto	Valor em risco - valorrisco	Quais foram as recomendações do Controle Interno para a solução da situação? - providencias	Quais foram as providências tomadas pelo setor responsável? - descriçãoprovidencia
Apontamento #1 - aponta1	Procuradoria	Processo 12/00489303- imputação de débito a Adauton Raulino	não calculado	Solicitando informações sobre as medidas tomadas	Solicitação não atendida
Apontamento #2 - aponta2	Gabinete Prefeito	Fiscalização dos Contratos Administrativos	não calculado	Recomendação de que fossem nomeados formalmente fiscais para os contratosl de Contrato	Recomendação não atendida
Apontamento #3 - aponta3	Secretaria de Administração	Pagamento de Atestados Admissionais - ASO por parte da Administração	não calculado	Suspensão do pagamento dos Atestatos Admissionais para temporários e comissionados e solicitação de ressarcimento	Recomendação atendida
Apontamento	Recursos	Contratação	0	Envio de	

#4 - aponta4	Humanos	de pessoal - problemas na documentação		checklist com orientações	Recomendação atendida
Apontamento #5 - aponta5	Gabinete Prefeito	Lei n° 13.709/2018 - LGPD	0	Recomendação de regulamentação da Lei 13.709/2018	Recomendação não atendida
Apontamento #6 - aponta6	Secretaria Educação e Adm	Ausência de Prestação de Contas - Subvenção Social - ANECS (abril/maio/junho)	0	Apresentação das prestações de contas ou suspensão de pagamento	Recomendação atendida
Apontamento #7 - aponta7	Recursos Humanos e Adm	Horas Extras	não calculado	Observar o controle de frequência e o início da contagem da hora extra	Recomendação atendida
Apontamento #8 - aponta8	Recursos Humanos	Contratação de Motorista de Transporte Escolar	0	Orientações sobre contratações de motoristas (transporte escolar)	Recomendação atendida
Apontamento #9 - aponta9	Secretaria de Adm	Concessões de espaços públicos	não calculado	Alerta sobre o descumprimento dos contratos de concessões	Recomendação Atendida
Apontamento #10 - aponta10	Secretaria de Adm	Pagamentos de despesas	0	Pagamento de despesas após regular liquidação da despesa de acordo com o art. 62. da Lei 4.320/64	Recomendação atendida

2.1.1.1. Gostaria de anexar arquivos referentes a este quadro? (OPCIONAL) (2340)

Tipo: (/upload-files)

2.2. Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras? (2341)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

2.2.1. (OPCIONAL) Insira o(s) arquivos de comunicações formais feitas a outros órgãos de controle ou unidades gestoras em anexo.**(2342)**

Tipo: (/upload-files)

2.3. Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus trabalhos? (2343)

Tipo: (Y/yes-no)

Não [X]

2.4. Acerca da gestão de risco, responda: (2349)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Parcialmente - 50

Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob seu controle estão formalizados? (2484)

Parcialmente - 50

Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? (2485)

2.5. Sobre a execução orçamentária e contábil, responda: (2358)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Não ocorreram irregularidades - 0

Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do

município e Sistema e-Sfinge (2539)

Não foram realizados procedimentos - 99

Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias (2540)

Não ocorreram irregularidades - 0

Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções, auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012 (2541)

Não ocorreram irregularidades - 0

Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA (2542)

Não ocorreram irregularidades - 0

Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas (análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco) (2543)

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) - 1

Análise de procedimentos afetos à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc) (2544)

3. Relação de irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário (104)

3.1. Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário? (2323)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

4. Das Tomadas de Contas Especiais (105)

4.1. Há Tomadas de Contas Especiais instauradas? (2325)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

5. Das transferências voluntárias por meio de convênios, acordos, ajustes ou congêneres (106)

5.1. Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, contrato de gestão, termo de cooperação ou instrumentos congêneres? (2327)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

5.1.1 Detalhamento das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, contrato de gestão, termo de cooperação ou instrumentos congêneres.

Caso a lista abaixo seja insuficiente, priorize a inserção dos casos de maior valor e/ou de maior risco.

(2328)

Tipo: (;array-multi-flexi-text)

Unidade Gestora em que o instrumento foi firmado - CAACUNIDADE	Tipo de instrumento (convênio, termo de parceria, contrato de gestão, termo de cooperação)	Número do Instrumento - CAACNOME1	Objeto - CAACNOME2	Volume de recursos transferidos - CAACVALOR	CNPJ da entidade - CAACCNPJ	Situação da análise da prestação de contas do instrumento - CAACSITPC
--	--	-----------------------------------	--------------------	---	-----------------------------	---

		ou instru- mento con- gêner) - CAACTIP O					
Instrumento #1 - CAAC1	Secretaria Municipal de Educação	Termo de Fomento	001/2021	O objeto do presente Termo de Fomento é o repasse de recursos firmados entre a Ad- ministração Municipal e a Organiza- ção da Sociedade Civil, com o objetivo de custear 100% (cem por cento) das despesas p- rovenientes com o transporte de estudantes que diariamente se deslocam para as instituições de ensino superior e técnico.	431.961,04	10.788.34 5/0001-05	Regular
Instrumento #2 - CAAC2	Secretaria Municipal de Assistencia Social e Habitação	Termo de Fomento	003/2020	O objeto do presente Termo de Fomento é o repasse de recursos firmado entre a Ad- ministração Municipal e a Organiza- ção da	295.000,08	78.540.84 6/0001-01	Regular

Sociedade Civil, para garantir o pagamento de profissionais da entidade, encargos sociais e despesas relacionadas com o pagamento de energia elétrica, telefone, combustível, alimentação, aquisição de materiais e manutenção de bens móveis e imóveis, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), para atendimento as pessoas com deficiência intelectual.

Secretaria	Termo de	002/2020	O	72.000,00	11.944.58	Regular
------------	----------	----------	---	-----------	-----------	---------

Instrumento #3 - CAAC3	Municipal de Assistência Social e Habitação	Colaboração	presente termo de Colaboração tem por objeto o repasse de recursos financeiros entre a Administração Municipal e a Organização da Sociedade Civil- OSC, para a manutenção do serviço de atendimento a idosos independente e semi independente, em regime de abrigo, oferecendo serviços nas áreas de Enfermagem, Cuidadoras, Médico Clínico Geral, Nutricionista e Dentista, com atendimento semanal, além de serviços de cozinha e lavanderia, de modo a promover o bem estar físico, mental e emocional dos idosos.	2/0001-80
------------------------	---	-------------	---	-----------

Instrumento #4 - CAAC4	Secretaria Municipal de Esportes	Termo de Fomento	002/2021	O objeto do presente Termo de Fomento é o repasse de recursos firmado entre a Administração Municipal e a Organização da Sociedade Civil, com o objetivo de custear as despesas decorrentes de alimentação, aluguel para moradia de atletas e academia, conforme Plano de Trabalho em anexo, de forma que se garanta o bom rendimento das atletas e a continuidade da prestação de serviços da Associação.	53.900,00	04.991.606/0001-97	Regular
Instrumento #5 - CAAC5	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	Termo de Colaboração	001/2021	O presente Termo de Colaboração visa à cooperação financeira, por parte da CONTRANTE,	6.143,34	03.860.470/0001-13	Regular

				em favor da CONTRATADA, a qual consistirá na execução do projeto de atendimento integral à uma criança ameaçada de seus direitos fundamentais, enviada pelo Contratante ATANTE do Município de Nova Trento/SC, conforme determinação judicial.			
Instrumento #6 - CAAC6	Secretaria Municipal da Esportes	Termo de Fomento	003/2021	O objeto do presente Termo de Fomento é o repasse de recursos firmado entre a Administração Municipal e a Organização da Sociedade Civil, com o objetivo de custear as despesas decorrentes de alimentação, Supermercado, aluguel para moradia de atletas para	7.283,00	13.194.175/0001-29	Regular

				participação de competição representativa do município de Nova Trento, conforme Plano de Trabalho em anexo.			
Instrumento #7 - CAAC7	Secretaria de Administração e Finanças	Termo de Repasse de Auxílio Financeiro	001/2021	O Objeto do presente Termo é o repasse de recursos financeiros por parte do Município de Nova Trento-SC, a título de auxílio financeiro, destinado a aquisição de equipamentos e serviços para a beneficiária equipar o local em que a Associação está instalada para melhor prestação de suas atividades estatutárias, nos termos do Plano de Trabalho que passa a ser parte integrante	15.000,00	17.287.142/0001-84	Em andamento

				do presente termo.			
Instrumento #8 - CAAC8	Secretaria de Administração e Finanças	Termo de Repasse de Auxílio Financeiro	002/2021	O objeto do presente Termo é o repasse de recursos financeiros, por parte do Município de Nova Trento/SC, a título de auxílio financeiro à Sociedade Recreativa Humaitá, para a aquisição de equipamentos, materiais e custeio de reformas na sede social da beneficiada, conforme plano de trabalho integrante do presente termo.	30.000,00	83.559.013/0001-22	Em andamento
Instrumento #9 - CAAC9							
Instrumento #10 - CAAC10							

5.2 O município possui contratos de gestão regidos pela Lei nº 9.637/1998? (2369)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

5.2.1 Por gentileza, preencha o quadro abaixo com os Contratos de Gestão vigentes:**(2370)**

Tipo: (:/array-multi-flexi-text)

	Nome da Entidade - CGENTIDADE	CNPJ da Entidade - CGCNPJ	Área de atuação da Entidade (Exemplo: Saúde; Educação; Assistência Social) - CGAREA
Contrato de Gestão #1 - CG1	REDEH Beneficiência Cristã	86324860/0001-01	Secretaria Municipal de Saúde
Contrato de Gestão #2 - CG2			
Contrato de Gestão #3 - CG3			
Contrato de Gestão #4 - CG4			
Contrato de Gestão #5 - CG5			
Contrato de Gestão #6 - CG6			
Contrato de Gestão #7 - CG7			
Contrato de Gestão #8 - CG8			
Contrato de Gestão #9 - CG9			
Contrato de Gestão #10 - CG10			

5.3 O município regulamentou a Lei 13.019/2014? (2371)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

5.3.1 Qual Decreto regulamenta a Lei 13.019/2014? (2372)

Tipo: (S/text-short)

<https://leismunicipais.com.br/a1/sc/n/nova-trento/decreto/2019/7/62/decreto-n-62-2019-regulamenta-a-aplicacao-da-lei-federal-n-13019-de-31-de-julho-de-2014-e-dispoe-sobre-regras-e-procedimentos-do-regime-juridico-das-parcerias-celebradas-entre-a-administracao-publica-municipal-e-as-organizacoes-da-sociedade-civil-no-mbito-do-municipio-de-nova-trento?q=62%2F2019>

6. Da avaliação dos processos licitatórios (107)

6.1. Foram avaliados processos licitatórios? (2329)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

6.1.1. Quais foram os critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação?

(2330)

Tipo: (M/multiple-opt)

Todos os processos licitatórios abertos no ano-referência foram analisados pelo Órgão de Controle Interno; (2596)

[X]

Amostra Aleatória (2429)

Experiências passadas (2430)

[X]

Valor envolvido (2431)**Risco (probabilidade de ocorrência de eventos negativos) (2432)**

[X]

Relevância econômica ou social para o Município (2433)**Outros**

6.1.2. Insira as licitações analisadas no período. Se a lista abaixo for insuficiente, priorize os casos em que ocorreram irregularidades ou inconsistências e/ou sejam mais relevantes para seu município (casos de maior valor financeiro, maior duração de contrato, maior risco do objeto contratado, casos com muitos fornecedores, etc).

(2331)

Tipo: (:/array-multi-flexi-text)

	Número do Processo de Licitação - LICITNPR OCESO	Modalidade de Licitação - LICITNPR OCESO1	Tipo de Licitação - L ICITTIPOPR OCESO	Valor estimado de contratação - LICITVALO R	CPF ou CNPJ do Contratado - LICITCON TRATADO	Houve indícios de i rregularidad e? Descreva. - LICITNPRO OCESO2
Licitação #1 - ProcessoLic it1	PL 006/2021	Pregão Eletrônico	Menor preço por lote	R\$ 340.516,05	CNPJ Nº 75 .812.115/000 1-90 CNPJ Nº 33.488.84 8/0001-60 CNPJ Nº 12. 970.750/000 1-75	Não há indícios de irregularidad e
Licitação #2 - ProcessoLic it2	PL 007/2021	Pregão Eletrônico	Menor preço por Item	R\$ 1.728.800,00	CNPJ Nº 22 .629.402/000 1-92 CNPJ Nº 80.658.85 9/0001-21 CNPJ Nº 17. 545.116/000 1-09	Não há indícios de irregularidad e
Licitação #3 - ProcessoLic it3	PL 029/2021	Pregão Eletrônico	Menor preço por Lote	R\$ 297.070,00	CNPJ Nº 3 7.229.783/00 01-90	Não há indícios de irregularidad e
Licitação #4 - ProcessoLic it4	PL 046/2021	Pregão Eletrônico	Menor preço por Item	R\$ 91.950,00	CNPJ Nº 2 2.251.719/00 01-38	Não há indícios de irregularidad e
Licitação #5 - ProcessoLic it5	PL 097/2021	Concorrência	Maior Oferta	R\$ 26.400,00	CNPJ Nº 4 2.892.344/00 01-00	Não há indícios de irregularidad e
Licitação #6 - ProcessoLic it6	PL 052/2021	Tomada de Preços	Menor Preço Global	R\$ 111.035,22	CNPJ Nº 1 9.425.025/00 01-65	Não há indícios de irregularidad e
Licitação #7 - ProcessoLic it7	PL 109/2021	Pregão Eletrônico	Menor preço por lote	R\$ 1.810.846,96	CNPJ Nº 1 3.226.152/00 01-59	Não há indícios de irregularidad e
Licitação #8 - ProcessoLic it8	PL 19/2021	Pregão Eletrônico	Menor preço por Lote	R\$ 98.803,50	CNPJ Nº 0 4.298.789/00 01-60	Não há indícios de irregularidad

Licitação #9 - ProcessoLicit9	PL 130/2021	Pregão Eletrônico	Menor preço por Lote	R\$ 61.311,48	CNPJ nº 07.255.187/0001-08	Não há indícios de irregularidade
Licitação #10 - ProcessoLicit10	PL 011/2021	Pregão Eletrônico	Menor preço por Item	R\$ 8.725.700,00	CNPJ Nº 78.266.566/0001-57 CNPJ Nº 10.433.690/0001-26 CNPJ Nº 07.155.480/0001-09	Não há indícios de irregularidade
Licitação #11 - ProcessoLicit11	PL 093/2021	Pregão Eletrônico	Menor preço por Item	R\$ 180.359,35	CNPJ Nº 03.233.069/0005-87	Não há indícios de irregularidade
Licitação #12 - ProcessoLicit12	PL 017/2021	Pregão Eletrônico	Menor preço por Lote	R\$ 814.293,50	CNPJ Nº 08.179.457/0001-17 CNPJ Nº 07.215.029/0001-30	Não há indícios de irregularidade
Licitação #13 - ProcessoLicit13	PL 096/2021	Dispensa de Licitação	Dispensa	R\$ 161.850,00	CNPJ nº 67.423.152/0001-78	Não há indícios de irregularidade
Licitação #14 - ProcessoLicit14	PL 010/2021	Pregão Eletrônico	Menor preço por Lote	R\$ 965.750,00	CNPJ Nº 04.924.266/0001-81	Não há indícios de irregularidade
Licitação #15 - ProcessoLicit15	PL 024/2021	Pregão Eletrônico	Menor preço por Item	R\$ 4.536.000,00	CNPJ Nº 16.978.577/0001-02 CNPJ Nº 37.135.622/0001-37	Não há indícios de irregularidade

6.2. Sobre as licitações e contratações da unidade, responda: (2351)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Bom - 2

Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada. (2493)

Bom - 2

Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas. (2494)

Bom - 2

Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório. (2537)

Bom - 2

Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório. (2538)

Bom - 2

Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas. (2590)

Bom - 2

Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital. (2591)

Inexistente - 0

Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições. (2592)

7. Da avaliação da gestão de recursos humanos (108)

7.1. Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal?

(2332)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

7.1.1. Relação de procedimentos de fiscalização envolvendo recursos humanos (2346)

Tipo: (:/array-multi-flexi-text)

	Unidade(s) em que o(s) procedimento(s) foram realizados - UNIDADE	Assunto do procedimento - ASSUNTO	Período analisado - PERÍODO
Procedimento #1 - PROCED1	Recursos Humanos	Pagamento de Horas Extras	Março a Agosto
Procedimento #2 - PROCED2			
Procedimento #3 - PROCED3			

7.1.2. Sobre a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) sob seu controle, avalie: (2347)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Atuação razoável da gestão - 2

Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou manual) (2577)

Atuação razoável da gestão - 2

Controle de horas extras pelos gestores (2578)

Atuação razoável da gestão - 2

Atuação dos comissionados exclusivamente em atividades de Direção, Chefia e Assessoramento (2579)

Nenhuma atuação da gestão - 0

Realização de cursos de capacitação pelos servidores (2580)

Pouca atuação da gestão - 1

Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos servidores (2581)

Nenhuma atuação da gestão - 0

Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores (2582)

Pouca atuação da gestão - 1

Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos (2583)

Pouca atuação da gestão - 1

Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio probatório (2584)

Pouca atuação da gestão - 1

Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por invalidez vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social (2585)

Atuação razoável da gestão - 2

Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças) (2586)

Atuação razoável da gestão - 2

Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções públicas. (2587)

Pouca atuação da gestão - 1

Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de pessoal (2588)

Pouca atuação da gestão - 1

Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes na folha de pagamento. (2589)

8. Da avaliação do cumprimento de decisões do TCE/SC (109)

8.1. Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)?

(2333)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

8.1.1. Informe as determinações e recomendações realizadas pelo TCE/SC: (2334)

Tipo: (:/array-multi-flexi-text)

	Tipo (Determinação ou Recomendação) - NACORDAO1	Número do Acórdão - NACORDAO	Assunto da Decisão - DECISAO	Situação (Implementada, parcialmente implementada ou não implementada) - SITUACAO	Justificativa do Gestor, se houver - JUSTIFICATIVAGESTOR
Decisão do TCE/SC #1 - DECISAO1	Recomendação	PCP 21/00358035	Atente para a adoção de medidas no sentido de atender de forma antecipada à IN nº 05/2019 do Ministério da	Parcialmente implementada	O município está buscando se estruturar para atender ao disposto na IN nº 05/2019 do ME para encaminhar o primeiro

			<p>Economia, que dispõe das práticas de governança e gestão do processo dos órgãos e das entidades que atuam nas transferências voluntárias de recursos da União (item IV.1.2 do Relatório da Relatora);</p>		<p>Relatório de Melhoria da Gestão no prazo estabelecido, ou seja, setembro de 2022.</p>
<p>Decisão do TCE/SC #2 - DECISAO2</p>	<p>Recomendação</p>	<p>PCP 21/00358035</p>	<p>Efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais, bem como observe no Portal da Transparência as informações constantes no item IV.1.3 do Relatório da Relatora;</p>	<p>Implementada</p>	<p>Providências sempre estão sendo adotadas para melhoria da qualidade das informações no Portal da Transparência.</p>
<p>Decisão do TCE/SC #3 - DECISAO3</p>	<p>Recomendação</p>	<p>PCP 21/00358035</p>	<p>Fortaleça os Conselhos Municipais para incentivar a participação do cidadão no planejamento e monitoramento das políticas públicas e na construção de uma sociedade que seja mais</p>	<p>Implementada</p>	<p>Providências serão adotadas no sentido de elevar a participação dos conselhos municipais nos processos de planejamento e monitoramento das políticas públicas.</p>

<p>Decisão do TCE/SC #4 - DECISAO4</p>	<p>Recomendação</p>	<p>PCP 21/00358035</p>	<p>inclusiva, participativa e sustentável (Item IV.1.4 do Relatório da Relatora);</p> <p>Observe o atendimentos das metas estabelecidas para o município de Nova Trento por meio do Plano Nacional de Saúde (Item IV. 3.2 do Relatório da Relatora);</p>	<p>Implementada</p>	<p>O Gestor da FMS, juntamente com o CMS têm se empenhado no sentido de alinhar o Plano Municipal de Saúde com o Plano Nacional e cumprir as metas nele estabelecidas para cada exercício, sem, contudo, comprometer o equilíbrio de caixa.</p>
<p>Decisão do TCE/SC #5 - DECISAO5</p>	<p>Recomendação</p>	<p>PCP 21/00358035</p>	<p>Adote providências tendentes a garantir o alcance da meta estabelecida para o atendimento em creche, observado o disposto no Plano Municipal de Educação e na parte final da Meta 1 da Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE) – (Itens 8.2.2 do Relatório DGO e IV.3.3 do Relatório da Relatora);</p>	<p>Implementada</p>	<p>O fato de não ter alcançado a meta estabelecida para o atendimento das crianças de 0 a 3 anos até o exercício apreciado, foi levado ao conhecimento do Secretário Municipal de Educação e ao Prefeito Municipal, para que medidas sejam adotadas a partir do exercício de 2022, no sentido de que essa meta seja alcançada.</p>

Decisão do TCE/SC #6 - DECISAO6	Recomendação	PCP 21/00358035	Garanta o atendimento integral na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de idade, em cumprimento ao Art. 208, I, da Constituição Federal e à parte inicial Meta 1 da Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE) – Itens 8.2.3 do Relatório DGO e IV.3.3 do Relatório da Relatora.	Implementada	O fato de não ter alcançado a meta estabelecida para o atendimento integral das crianças de 4 a 5 anos, foi levado ao conhecimento do Secretário Municipal de Educação e ao Prefeito Municipal, para que medidas sejam adotadas a partir do exercício de 2022, no sentido de que essa meta seja alcançada.
Decisão do TCE/SC #7 - DECISAO7	Recomendação	PCP 21/00358035	Atente para o prazo até 31 de março de 2022 para incluir, no contrato de prestação de serviços públicos de saneamento básico em vigor, metas de universalização que garantam o atendimento de 99% da população com água potável e de 90% da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do	Parcialmente implementada	O Prefeito e o Diretor do Samae foram notificados desse prazo para que providências sejam adotadas desde já no sentido de atender no prazo as metas estabelecidas de atendimento da população com água potável e com coleta e tratamento de esgotos.

<p>Decisão do TCE/SC #8 - DECISAO8</p>	<p>Recomendação</p>	<p>PCP 21/00358035</p>	<p>abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento, nos termos da Lei 11.485/07, com redação dada pela Lei n° 14.026/20, e do Decreto n° 10.710/21 (item IV.3.4 do Relatório da Relatora);</p> <p>Atente para a remessa tempestiva da Prestação de Contas do Prefeito, nos termos estabelecidos no Art. 51 da Lei Complementar n° 202/2000 c/c o art. 7° da Instrução Normativa n° TC-20/2015 (Itens IV.2.9 do Relatório da Relatora e 11.2.1 do Relatório DGO).</p>	<p>Parcialmente implementada</p>	<p>O Atraso na remessa da Prestação de Contas decorre de múltiplos fatores: O fechamento do último bimestre é bem mais complexo em razão de todos os ajustes a serem feitos; recesso de final de ano; acesso a todas as informações necessárias ao fechamento e ajustes no saldo de contas; prazo exíguo para envio do esfinge do Sexto Bimestre; incompatibilidade de entre este prazo e o prazo de envio dos Balanços; problemas de inconsistências no sistema; problemas no esfinge para remessa dos</p>
--	---------------------	----------------------------	--	----------------------------------	---

					dados, entre muitos outros. Contribuiu também para o atraso, a migração de dados do Sistema Desktop para o Sistema Cloud da Empresa Betha Sistemas, realizado pelos técnicos daquela empresa, causando problemas de inconsistências nos relatórios. O atraso não decorre da falta de empenho do Município.
Decisão do TCE/SC #9 - DECISAO9	Recomendação	PCP 21/00358035	Contabilização de Receita Corrente de origem das Emendas Parlamentares Individuais, no valor de R\$ 900.000,00, em desacordo com a Tabela de Destinação da Receita Pública (https://www.tce.sc.tc.br/content/tabela-de-download-2020) e com o Art. 85 da Lei nº 4.320/64 (item 3.3)	Implementada	Por falha na identificação da origem desse recurso. A Contabilidade foi notificada para que problemas dessa natureza não mais ocorram.
Decisão do TCE/SC #10 - DECISAO10	Recomendação	PCP 21/00358035	Registro indevido de Ativo Financeiro (Atributo F) com saldo credor na	Implementada	Essas inconsistências tem origem na transferência de dados de um

FR 01 – R\$
50.144,57, FR
38 – R\$
1.324.324,50 e
FR 64 – R\$
604.802,48 e
de Passivo
Financeiro
(Atributo F) com
saldo Devedor
na FR 01 – R\$
42,56 , FR 38 –
R\$ 6.978,71 e
FR 64 – R\$
327,32, em
afronta ao
previsto no Art.
85 da Lei n°
4.320/64 e arts.
8°, parágrafo
único e 50, I da
LRF (Apêndice
– Cálculo
detalhado do
Resultado
Financeiro por
Especificações
de Fonte de
Recursos).

sistema da
Betha para
outro, realizado
pelos técnicos
daquela
empresa.
Apesar dos
insistentes
apelos para
corrigir as
inconsistências
nos Balanços
da Unidades
Gestoras, os
técnicos da
Betha não
conseguiram
corrigir,
motivando
inclusive o
atraso no envio
do esfinge e
dos Balanços
ao Tribunal de
Contas.

9. Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito (110)

9.1. Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle?

(2335)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

10. Avaliação dos procedimentos de renegociação da dívida com o instituto ou fundo de previdência (111)

10.1. Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência no ano-referência? (2336)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

11. Avaliação acerca da conformidade dos registros (112)

11.1. Na sua avaliação, os registros gerados por seu sistema de contabilidade, orçamentário e financeiro encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge?

(2337)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge? (2338)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

12. Outras análises realizadas pelo Órgão de Controle Interno (113)

Opcionalmente , insira neste campo procedimentos realizados que não se enquadram nas alternativas anteriores: (2354)

Tipo: (T/text-long)

Sugestões ao TCE/SC (114)

e-mail de contato: controleinterno@novatrento.sc.gov.br

I - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da(s) unidade(s) jurisdicionada(s)

No Município, o Sistema de Controle Interno apresenta o seguinte tipo de estrutura:

A unidade de Controle Interno está subordinada à seguinte estrutura organizacional:

O ato normativo que organiza a estrutura do órgão de Controle Interno é o seguinte:

A unidade conta com o seguinte quantitativo de pessoal: Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno; efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno; Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão; Servidores temporários e estagiários.

No exercício em análise, em algum momento a unidade ficou sem acompanhamento do Controle Interno? . - .

Os procedimentos de controle realizados foram os seguintes:

Os seguintes sistemas são informatizados:

- Sistema de controle patrimonial:
- Sistema de almoxarifado:

- Sistema informatizado de planejamento orçamentário:

Em relação à efetividade, avalia-se os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município:

Se o controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais:

Se a definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende dos gestores:

Se os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias:

Se, no caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada:

Se há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades:

Se as rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação:

Se os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados:

Se todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação:

Se as informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas:

II - Resumo das atividades desenvolvidas pelo órgão de controle interno

Foram realizados apontamentos do Controle Interno à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício?

Unidade gestora em que apontamento foi realizado	Assunto	Valor em risco	Quais foram as recomendações do Controle Interno para a solução da	Quais foram as providências tomadas pelo setor responsável?
--	---------	----------------	--	---

			situação?	

Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras?

Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus trabalhos? .

Em relação à gestão de riscos:

- Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob controle desta unidade estão formalizados;
- Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? ;

Sobre a execução orçamentária e contábil:

na Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do

município e Sistema e-Sfinge;

na Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias;

na Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções,

auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012;

na Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA;

na Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas

(análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco);

na Análise de procedimentos afetados à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc);

III - Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo

Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário?

Nome da(s) Unidade(s)	Ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico	Valor do dano	Medidas implementadas com vistas ao pronto ressarcimento	Avaliação conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis	Nome ou CPF dos responsáveis

Avaliação conclusiva: avaliação do Controle Interno acerca das justificativas apresentadas pelos responsáveis.

IV Das Tomadas de Contas Especiais instauradas

Há Tomadas de Contas Especiais instauradas?

Número da Tomada de Contas Especial	Causa da Tomada de Contas Especial	Data de Instauração da T.C.E.	Comunicação e encaminhamen to ao Tribunal de Contas, se for o caso	Resultado ou status do andamento da Tomada de Contas Especial	Valor da Tomada de Contas Especial

V - Avaliação das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos

congêneres

Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres?

Unidade Gestora em que convênio foi firmado	Tipo de instrumento	Número do Instrumento	Objeto	Volume de recursos transferidos	Situação da análise da prestação de contas do instrumento

O município possui contratos de gestão regidos pela Lei nº 9.637/1998?

Entidades (se aplicável): ;;;

Regulamentação da Lei 13.019/2014 (se aplicável):

VI - Avaliação dos processos licitatórios realizados pela Unidade Jurisdicionada

Foram avaliados processos licitatórios pelo Controle Interno?

Critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação:

Número do Processo de Licitação	Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Valor estimado de contratação	CPF ou CNPJ do Contratado	Descrição dos indícios de irregularidade, se houver

--	--	--	--	--	--

Sobre as licitações e contratações da unidade, avalia-se:

- **Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada:**
- **Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas:**
- **Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório:**
- **Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório:**
- **Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas:**
- **Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital:**
- **Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições:**

VII - Avaliação da gestão de recursos humanos

Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal? .

Procedimentos realizados:

..

..

..

Avalia-se a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) da seguinte maneira:

- Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou manual):
- Controle de horas extras pelos gestores:
- Atuação dos comissionados exclusivamente em atividades de Direção, Chefia e

Assessoramento:

- Realização de cursos de capacitação pelos servidores:
- Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos servidores:
- Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores:
- Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos:
- Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio probatório:
- Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por invalidez

vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social:

- Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças):
- Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções

públicas:

- Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de pessoal:
- Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes na folha

de pagamento:

VIII - Avaliação do cumprimento, pela unidade jurisdicionada, das determinações e recomendações expedidas pelo TCE/SC

Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)?

Tipo (Determinação ou Recomendação)	Número do Acórdão	Assunto da Decisão	Situação	Justificativa do Gestor, se houver

IX - Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle

Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob controle desta unidade?

Nº do Acórdão ou Título Executivo	Data do Acórdão ou Título Executivo	Nome do responsável	Valor	Data da inscrição em dívida ativa	Situação do processo

X - Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência

Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência?

Renegociação realizada, se houver :

- Instituto ou Fundo de Previdência:
- Valor do débito na data da renegociação:
- Critérios utilizados para atualização da dívida:
- Nº de parcelas a serem amortizadas na data da renegociação:
- Outras condições de pagamento pactuadas:

XI - Avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados pelas entidades com os dados do e-Sfinge

Na avaliação desta unidade de controle interno, os registros gerados pelo sistema de contabilidade, orçamento e finanças encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge ?

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge?

XII - Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015

Acima, foram elencadas outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015.

(2362)

Tipo: (|/upload-files)

Gostaria de deixar alguma sugestão ao TCE/SC? (opcional) (2363)

Tipo: (T/text-long)